TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

PL não aceita acenos do STF

Por mais que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) acenem com a bandeira branca para o candidato do PL a presidente da República, senador Flávio Bolsonaro (RJ), nem a cúpula do partido, nem a base se mostram dispostos a livrar Alexandre de Moraes da possibilidade de impeachment.

A Constituição determina que a cassação do mandato de ministros do STF depende do voto dos senadores. Para piorar a situação de Moraes, levantamento da think tank "Ranking de Políticos", de viés liberal e conservadora, concluiu que o Senado Federal terá dois terços de seus integrantes pró-cassação de ministros do STF a partir de 2027.

Do total de 81 senadores, 54 já se manifestaram favoráveis ao impeachment, sem necessariamente citar um nome específico. Esse é exatamente o número de votos necessários para afastar ministros.

O problema de Alexandre de Moraes é que ele é o mais cotado para dar início aos processos abertamente defendidos pelo PL. O partido elegeu 28 senadores, o que representa a maioria da bancada de defensores do afastamento de ministros.

Flávio Bolsonaro, por sua vez, declarou repetidas vezes na campanha que, se eleito, terá direito a indicar cinco ministros do STF "porque Moraes vai cair".

Além da queda do relator do processo contra os golpistas de 8 de janeiro de 2023, ele conta com a atual vaga aberta na Corte desde a aposentadoria de Luiz Roberto Barroso. Outras três cadeiras estarão vagas até 2030 por aposentadoria compulsória: Cármen Lúcia, Luiz Fux e Gilmar Mendes.

Apostando em si mesmo como vitorioso na eleição, ele declarou em ato na Avenida Paulista no último 7 de Setembro:

"O próximo presidente da República, que vai ser o Flávio Bolsonaro, indicando mais cinco ministros do Supremo, nós não veremos mais esse triste espetáculo de tentativa de proteger Alexandre de Moraes." E arrematou: "Ninguém aguenta mais [...] os ministros do Lula no Supremo, melando o Brasil, atrapalhando a nossa democracia."

O resultado do primeiro turno das eleições, naturalmente, assustou os ministros da Corte. Não só pela primeira colocação de Flávio Bolsonaro, como pela quantidade de senadores pró-impeachment eleitos.

Apuradas as urnas, foram tomadas cinco decisões no âmbito da Suprema Corte que chamam a atenção: o arquivamento dos processos no inquérito das fake news contra dois blogueiros bolsonaristas e o ex-deputado Marcos do Val, assim como o arquivamento do processo do deputado Alfredo Gaspar, vice de Flavio Bolsonaro, e o afrouxamento das condições da prisão da Débora do Batom, além de a PGR ter dado parecer favorável à visita de Flavio Bolsonaro a seu pai o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Procurado pela coluna, o ministro Gilmar Mendes nega qualquer relação entre essas decisões e as ameaças de impeachment de ministros. "São decisões de rotina", limitou-se a dizer.

Pode ser. Mas não é assim que o partido de Flávio Bolsonaro vê. Eleito senador pelo Rio de Janeiro, Carlos Jordy, que foi líder na Câmara, avisou em entrevista publicada pela Sputnik Brasil nesta quarta-feira 7: "O PL tem como prioridade, já no início do próximo ano, a questão do impeachment do ministro Alexandre de Moraes."

FERNANDO MOLICA

Jornalista e escritor

Vitória da direita ajuda PEC do 6 x 1

Por uma dessas ironias da política, a esmagadora votação do PL para o Senado deu ao governo a chance de vencer o embate em torno do fim da escala seis por um — isso, mesmo que venha a ser derrotado em plenário.

A votação de domingo passado deu sentido de urgência à proposta de emenda constitucional, que agora só tem chance de ser aprovada caso seja votada já, pelos atuais senadores. Com os futuros integrantes da Casa, que assumem em fevereiro, não haveria a menor chance de sucesso.

A hegemonia da direita e da extrema-direira no Senado será tamanha que praticamente reduziu a zero a chance de reeleição de Davi Alcolumbre (União-AP) à presidência da Casa. O PL, que terá 28 dos 81 senadores, não esconde que quer a cadeira hoje ocupada pelo amapaense.

Até por sua aproximação com o presidente Lula (PT) neste segundo semestre, Alcolumbre é, hoje, uma opção descartada. Esta condição deu a ele o descompromisso com a oposição — faça o que fizer, será quase impossível reconquistar o apoio da direita (o "quase" é uma concessão).

Com o futuro cenário catastrófico — que pode piorar com a eventual derrota de Lula —, restou ao governo a saída do tudo ou nada. Como diria Elvis Presley, it's now or never, agora ou nunca (melhor, só daqui a oito anos, quando haverá outra renovação de dois terços da Casa).

A nova realidade imposta pelos eleitores permite ao Planalto empunhar uma bandeira importante para tentar mudar o resultado desfavorável do primeiro turno e, também, constranger o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Ontem, Lula postou vídeo em que pergunta como ele, seu adversário, vai votar na PEC.

A situação, de tão ruim, dá ao governo um bom discurso até em caso de bloqueio de votação por parte do PL ou de fracasso da proposta em plenário: poderá então jogar a culpa em Flávio Bolsonaro.

O vencedor do primeiro turno da disputa presidencial demonstra preocupação com o tema, até agora não disse se vai votar sim ou não ao regime de duas folgas por cinco dias de trabalho.

Quando provocado, refugia-se em outra PEC, apresentada por seu partido e que prevê uma escala flexível, resultado de uma suposta livre negociação entre patrões e empregados. Quem tem ou teve carteira assinada sabe da inviabilidade desse tipo de acordo, principalmente depois do enfraquecimento dos sindicatos provocado pela reforma trabalhista comandada por Michel Temer.

A proposta permite redução proporcional de vencimentos, que, assim, poderiam até ficar abaixo do salário mínimo. Escalas diferenciadas de trabalho também complicariam a vida de empresas, que não dariam conta de criar diversas variações de jornadas; é só imaginar o que ocorreria com shoppings, que costumam usar dois turnos fixos.

O apego de Flávio a essa PEC revela sua dificuldade de dizer não ao fim da seis por um, ajuda a diferenciar esquerda e direita com base em fatos concretos e reafirma que, na política, até derrotas podem ser transformadas em vitórias.

EDITORIAL

Sanchéz joga seu governo aos leões na Espanha

Os protestos que tomaram as ruas da Espanha para denunciar a crise habitacional expõem uma ferida que ultrapassa o preço dos aluguéis e a dificuldade de acesso à casa própria. O problema tornou-se político e, ao pressionar o governo de Pedro Sánchez, ajuda a explicar a decisão de antecipar as eleições. Mais do que uma disputa eleitoral, o país se encaminha para um teste sobre a capacidade da esquerda de responder às angústias concretas de uma sociedade cada vez mais impaciente.

A habitação transformou-se em um dos principais fatores de insatisfação em várias cidades espanholas. Jovens enfrentam dificuldades para deixar a casa dos pais, trabalhadores comprometem parcela crescente da renda com aluguel e famílias de menor poder aquisitivo são empurradas para regiões cada vez mais distantes dos grandes centros. Quando uma questão essencial à vida cotidiana chega a esse nível, qualquer governo passa a pagar um preço político elevado pela sensação de impotência.

Sánchez chega às urnas, portanto, pressionado por uma combinação perigosa: desgaste político, dificuldades para manter uma base parlamentar estável e a percepção de que o governo não conseguiu apresentar respostas suficientemente eficazes para problemas que afetam milhões de espanhóis. A antecipação eleitoral pode ser uma tentativa de recuperar iniciativa, mas também pode produzir o efeito contrário e transformar o pleito em um julgamento sobre os anos de governo socialista.

O risco maior para a esquerda espanhola é que o descontentamento seja capitalizado pela direita tradicional e, sobretudo, pela extrema-direita. O crescimento de forças nacionalistas e conservadoras em diferentes países europeus demonstra que a insatisfação econômica e social, quando não encontra respostas convincentes no campo progressista, costuma abrir espaço para discursos que prometem soluções rápidas, endurecimento das políticas migratórias e ruptura com o establishment.

A Espanha, assim, tornou-se mais uma frente da disputa que atravessa a Europa. O resultado eleitoral poderá fortalecer ou conter uma tendência que já alterou o equilíbrio político do continente. Mas seria um erro atribuir exclusivamente à extrema-direita a responsabilidade pelo avanço desse fenômeno. A esquerda também precisa reconhecer suas próprias limitações.

A crise habitacional não será resolvida com slogans, assim como a insegurança econômica não desaparece com discursos eleitorais. Se a esquerda quiser continuar governando, terá de demonstrar que consegue transformar políticas públicas em resultados perceptíveis na vida das pessoas. Caso contrário, a eleição antecipada poderá representar não apenas o fim de um ciclo para Sánchez, mas mais um passo na mudança do mapa político europeu.

OPINIÃO DO LEITOR

Urnas rancorosas

Esta eleição tem a tônica do ódio, do rancor e do ressentimento. Raros pensam no Brasil e no bem-estar do povo. Votam com sangue nos olhos, com sentimento de vingança, tomados pela leviandade e pela torpeza.

Vicente Limongi Netto, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-20

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal